

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 19/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019

(Contém 18 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 19/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2019**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 13 de setembro de 2019.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que na última reunião da Câmara Municipal nos pontos 2, 3, 4 e 5 referentes à aprovação das cláusulas contratuais constantes das minutas dos Contratos dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo, ele e o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, abstiveram-se nas votações, mas não ficou registado a justificação daquela posição de voto. Entenderam apresentar a seguinte observação: Abstiveram-se nas quatro votações atendendo que o primeiro Empréstimo de Médio e Longo Prazo foi anulado, por o correspondente contrato proposto carecer de suporte legal, e não tinham meios para confirmar se as cláusulas contratuais constantes das minutas daqueles Contratos estavam em



conformidade. Realçaram que não são contra a contratação daqueles Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

APOIO NA ÁREA DE AÇÃO SOCIAL:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou a situação da família da Senhora Maria Lima que necessita de apoio na área de Ação Social.

A Senhora Presidente referiu que tem conhecimento de toda a situação dessa família e explicou o processo que decorre nos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal. Informou que essa família possui uma habitação própria e tem tido todo o apoio dos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal e que a referida família só não tem habitação porque não quer. Foi diligenciado planos de pagamento à Segurança Social (na ordem dos 9.000,00 €) e Finanças para assegurar que seja feito um protocolo para reabilitação da sua moradia na rua da Quintã, em Santa Cruz. Há vários anos que tentam ajudar a família, mas a mesma apesar de ter uma habitação sua, não quer viver na mesma e não tem colaborado para que a sua situação seja resolvida.

Neste momento e na iminência de despejo de onde estão, continuam relutantes em voltar para a sua habitação. No entanto, os Serviços Técnicos da Câmara Municipal estão a efetuar as medições e o orçamento da obra no sentido de se avançar na Direção Regional da Habitação com um protocolo para beneficiação e regresso da família à sua habitação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou uma outra situação de uma família da Freguesia da Ribeira Chã que necessita de apoio na área de Ação Social, Senhora Goreti Pacheco, atendendo ao seu estado de saúde.

A Senhora Presidente referiu que também tem conhecimento de toda a situação dessa família. Esta família vive numa casa com primeiro andar e o marido da Senhora Goreti Pacheco solicitou à Câmara Municipal a instalação de uma cadeira elevatória. A Câmara Municipal nunca apoiou a instalação de cadeiras elevatórias, face ao seu elevado valor e ao apoiar esta situação teria no Concelho outras famílias com situações de idêntica natureza. A Câmara Municipal está disponível, à semelhança de outras situações, para apoiar as obras de adaptação da moradia, mas a família não aceitou adaptar a garagem a um quarto e casa de banho. Pelos Serviços do Gabinete Técnico da Câmara Municipal está a ser elaborado um



estudo para execução de uma rampa para acesso ao piso superior, mas que pela inclinação parece ser inviável.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que não será uma solução adequada a execução da rampa, face ao nível de inclinação existente no local. Na sua opinião, a solução da instalação de uma cadeira elevatória seria a solução mais adequada e mais económica, porque há cadeiras com preços acessíveis, sabe que a família já tem um orçamento e considera que é uma solução mais económica do que a execução das obras de adaptação da moradia, que seriam uma situação limitadora do espaço.

Após troca de impressões entre todos os membros, sobre o assunto em questão, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado propôs que fosse estudada uma solução da Câmara Municipal em apoiar uma percentagem do valor do orçamento da instalação de cadeiras elevatórias, fixando um valor máximo de apoio, ficando o remanescente do valor a ser suportado pelos requerentes.

A Senhora Presidente referiu que a família que apresente o orçamento que já têm da instalação de uma cadeira elevatória e a situação será analisada.

A Câmara tomou conhecimento.

ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou face à conversa que teve com a Senhora Vereadora Albertina Oliveira, sobre a atribuição de prémios aos alunos, se este tipo de apoio estava contemplado no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa, que se encontra suspenso, conforme recomendação do Tribunal de Contas.

A Senhora Presidente respondeu que esta é uma situação diferente, o valor do prémio é atribuído diretamente ao aluno, mas será uma situação que será estudada, do ponto de vista da legalidade, a fim de ser incluída em Regulamento.

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal deu conhecimento ao Tribunal de Contas das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, sobre o Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), enviado por aquele Tribunal de Contas, e juntamente enviou cópia do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, publicado em 20 de março de 2019. O Tribunal de Contas respondeu, informando que existem alguns aspetos que poderão ser melhorados, relacionados com a recomendação expressa no Relatório do Tribunal de Contas, pelo que os respetivos Serviços já estão a proceder em conformidade.

A Câmara tomou conhecimento.



OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA DA CIDADE DE LAGOA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal que na passada quarta-feira, desta semana, recebeu a comunicação do Tribunal de Contas, com a obtenção do visto no processo da obra de Construção da Ciclovia da Cidade de Lagoa. Será assinado o auto da consignação e dar-se-á início à execução da obra.

A Câmara tomou conhecimento.

EVENTO INSPIRAL:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente se sente realizada com o término do ciclo de eventos do Inspiral.

A Senhora Presidente respondeu que o grande evento final do Inspiral terminou com sucesso, no passado fim-de-semana, na Praça do Nonagon.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente entende que o evento terminou com sucesso.

A Senhora Presidente perguntou se o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado participou, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que não participou, mas teve conhecimento da opinião de pessoas que participaram.

A Senhora Presidente respondeu que é difícil comentar quando não se participa e não se está no ambiente. Disse que também recebeu mensagens de pessoas que participaram, mas a felicitá-la pela realização do evento. Conforme já referiu, anteriormente, o evento Inspiral foi composto por 9 sessões mais o evento final que sinalizaram os espaços culturais em todas as Freguesias do Concelho de Lagoa. Não foi um evento de massas, mas um projeto cultural, com um cartaz muito específico, com pequenos eventos musicais com uma vertente pedagógica, de dar a conhecer e dinamizar os espaços museológicos existentes em cada Freguesia, tal como as ações de sensibilização que são feitas em outras áreas.

O grande evento final do Inspiral foi o culminar de um projeto itinerante, com início em setembro do ano passado e a duração de um ano. Daqui a 2 ou 3 anos poderá voltar a realizar-se, porque nesse período de tempo poderão ocorrer alterações nos espaços museológicos, como tencionam fazer, nomeadamente, a ampliação do Museu da Lagoa, o que poderá despertar interesse em realizar-se um outro evento educativo e cultural, de forma a cativar a atenção do público para os espaços e equipamentos culturais do Concelho.

Deu como exemplo a sessão realizada no Museu Etnográfico do Cabouco, em que muitas pessoas da Freguesia ficaram a conhecer aquele espaço museológico por via do Inspiral. Não existiu panfletos que as tivessem levado lá anteriormente. Acrescentou, que os



critérios e objetivos que tem e a sua equipa são diferentes da análise que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado faz sobre o evento Inspiral, mas tem que haver alguma sensibilidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a sua análise tem a ver com o custo/benefício, admite o que a Senhora Presidente disse quanto a não ser um evento de massas, mas sim, um projeto cultural, com um cartaz muito específico, o que não admite é o valor envolvido nesses espetáculos, porque para além do valor pago aos artistas, houve toda a logística inerente à realização das 9 sessões mais o evento final, com a duração de dois dias. Em sua opinião, o evento Inspiral foi um evento com um custo muito elevado para o público-alvo que se atingiu e não deixou nada na economia Lagoense.

A Senhora Presidente expôs que na Cultura não se pode fazer essa leitura, pois as situações têm um conceito diferente. Deu como exemplo o interesse da Câmara Municipal em publicar um livro do Dr. Carreiro da Costa, ilustre figura do Concelho de Lagoa e uma referência para a Ilha de São Miguel e que, pese embora, seja um investimento considerável, a Câmara Municipal não entende que se deva avançar ou não em função da sua venda.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que o Dr. Carreiro da Costa, ilustre Lagoense, é uma referência para a Ilha de São Miguel e para os Açores, tanto mais que na altura, defendeu que a Biblioteca Municipal Tomás Borba Vieira deveria ter o nome do Dr. Carreiro da Costa, figura nascida e criada na Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que o evento Inspiral foi o que foi e não causou, em sua opinião, o princípio de causa e efeito, pois ficou com a interpretação de que foi um projeto menos bem conseguido e a prova está na sua não realização no próximo ano.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente disse que iria apresentar o balanço de uma situação que, no seu entender, era importante transmitir. De facto, os investimentos por vezes necessitam de tempo e é importante dar o benefício da dúvida para poder constatar o retorno. Lembra-se que, a algum tempo atrás, a Senhora Presidente de forma audaz e pertinente, tomou a iniciativa de converter a Pousada da Juventude de Lagoa numa Escola Profissional, tomou essa atitude numa perspetiva futura, de mais recursos para a população, melhor educação, mais emprego, tendo nessa altura registado a opinião da Oposição que entendia ser uma perda de camas para o Concelho e menor emprego, porque se iriam perder os postos de trabalho afetos à Pousada. Passados 7 meses, da abertura da Escola Profissional, gostava de partilhar, nesta reunião, algumas situações positivas que constatou. A Escola Profissional tem desempenhado um excelente trabalho para capacitar as pessoas deste Concelho, tem uma atividade próxima da comunidade e tem fomentado cursos que se adaptam à realidade e necessidade local. Em breve, dar-se-á início o Curso Técnico Auxiliar de Saúde, elaborado em parceria com o Hospital Internacional dos Açores, com 25 vagas, numa perspetiva de formar e atribuir competências aos jovens para que possam ter oportunidade de ingressar naquele Hospital. Em seu entender,



é isto que uma Câmara Municipal deve de fazer, dentro das suas competências na área da Educação, proporcionar oportunidades para que os jovens deste Concelho possam ter emprego. Recorda-se que, numa reunião da Assembleia Municipal, um deputado da Oposição questionou a Senhora Presidente se o número de postos de trabalho a criar pelo Hospital seria para as pessoas do Concelho de Lagoa. Expôs que a Câmara Municipal não tem competência, nem pode nem deve interferir no recrutamento de uma empresa privada, o que a Câmara Municipal tem e deve fazer é criar as condições para capacitar a sua população tornando-a preparada para se candidatar a essas oportunidades de emprego e foi exatamente isso que esta Autarquia fez quando tomou a liberdade e audácia de converter a Pousada numa Escola Profissional.

Mais informou o Senhor Vice-Presidente que a Escola Profissional Inetese, tem Formação de Ativos, com ações de formação certificadas: Técnicas de Atendimento; Língua Inglesa – Informação e Atendimento – Inglês Técnico, com a duração de 50 horas cada. É uma oportunidade para os empresários locais colocarem alguns dos seus colaboradores. Acrescentou que, em seu entender, esta Escola Profissional está a desenvolver um bom trabalho que trará benefícios para a Comunidade.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que concorda em muito com o que o Senhor Vice-Presidente disse, no entanto, entende que teria sido melhor se a Pousada de Juventude de Lagoa não tivesse sido desativada e a Escola Profissional tivesse ocorrido noutro espaço.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Câmara da Lagoa disponibilizou carregadores solares no Rosário e Água de Pau no âmbito do projeto Smart Cities;
- Conferência Anual subordinada ao tema “Literacia dos Oceanos” na Lagoa;
- Câmara da Lagoa inaugurou novas instalações da CPCJ;
- Sessão final do Inspiral e Feira de Ocupação de Tempos Livres dinamizaram a Lagoa, no passado fim-de-semana;
- Câmara de Lagoa considera importante conjugar ensino tradicional com novas tecnologias;



- OPJ de Lagoa presente na VII Feira de Ocupação de Tempos Livres.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR – 25.º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE PATINAGEM DE SANTA CRUZ:

Sob proposta da Senhora Presidente da Câmara foi presente o Voto de Louvor pelo 25.º Aniversário do Clube de Patinagem de Santa Cruz, que abaixo se transcreve:

“O Clube de Patinagem de Santa Cruz nasceu a 12 de julho de 1993, com catorze crianças curiosas para aprender a deslizar sobre rodas, incentivados pelo Padre José Francisco Pires, contando com o apoio dos seus monitores, Susana e Geraldo Andrade.

Este Clube foi evoluindo, no seio da comunidade de Santa Cruz da Lagoa, tornando-se particularmente conhecido pelas suas coreografias e espetáculos de estilo clássico e rítmico na área da patinagem artística, o que levou a que, em setembro de 1994, o Clube se formalizasse, filiando-se na Associação de Patinagem de Ponta Delgada, celebrando assim, o seu vigésimo quinto aniversário.

Considerando que, comemorar 25 anos de existência é ampliar a história biográfica deste Clube que se assume como um agente ativo de dinamização desportiva e cultural no concelho; Considerando que o Clube de Patinagem de Santa Cruz se afirmou com elevado desempenho na sua atividade, sendo detentor de um vasto e invejável currículo, com vários atletas que se têm destacado, no pódio, nas mais diversas taças disputadas, não só na ilha, mas também, a nível regional, nacional e até internacional;

Considerando que este Clube é constituído por jovens lagoenses sob a orientação técnica do seu responsável Geraldo Almeida Andrade, que há 25 anos consecutivos treina os atletas deste clube de forma dedicada, irrepreensível e exemplar, ocupando de forma sadia os tempos livres destes jovens;

Considerando que o Clube é um exemplo a seguir pela excelência dos seus atletas e pelos títulos alcançados, os quais têm engrandecido o nome do concelho da Lagoa ao longo destes 25 anos.

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de Louvor;
- Dar conhecimento do voto à Associação e Federação Portuguesa de Patinagem.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Louvor pelo 25.º Aniversário do Clube de Patinagem de Santa Cruz;

2.º Dar conhecimento deste Voto de Louvor ao Clube de Patinagem de Santa Cruz, à Associação de Patinagem de São Miguel e à Federação Portuguesa de Patinagem.



PONTO N.º 3 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DE DATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Foi presente a proposta de alteração de data da reunião da Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Foi aprovada em reunião Camarária de 14 de dezembro de 2018, o agendamento das reuniões ordinárias para o ano de 2019, mas de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços, propõe-se a alteração da data da seguinte reunião:

- Dia 5 de novembro para o dia 29 de outubro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta de alteração da data da reunião da Câmara Municipal;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO LAGOA INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 26 de julho de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 152, de 9 de agosto de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta da segunda alteração ao Regulamento LAGOA INVESTE - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.



PONTO N.º 5 – PROPOSTA – CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO RESTAURANTE E BAR SITO NO PORTO DOS CARNEIROS, COM ÁREA DE 395,50 M2 E 282,60 M2, RESPETIVAMENTE E RESPETIVAS ÁREAS DE ESPLANADA, LOCALIZADO NO PORTO DOS CARNEIROS, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CONCELHO DE LAGOA:

Foi presente a proposta para o concurso público para a atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com área de 395,50 m2 e 282,60 m2, respetivamente e respetivas áreas de Esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Terminada a cessão de exploração do edifício sito no Largo do Porto dos Carneiros, freguesia do Rosário, deste Concelho, que, até então, funcionou como Restaurante/Bar e Esplanada, e havendo intenção de proceder a nova utilização, para o mesmo fim embora com novas regras, do imóvel localizado numa zona privilegiada do ponto de vista turístico e considerando não ser vocação nem fim do Município a exploração direta deste tipo de infraestruturas, propõe-se à Câmara Municipal – como forma de realização daqueles fins e rentabilização do investimento – a aprovação da cessão, temporária, do direito de utilização do imóvel a potenciais interessados privados.

Em respeito da salvaguarda aos princípios da transparência, da igualdade, da concorrência e da publicidade, deverá ser efetuada uma ampla consulta pública aos potenciais interessados nas condições fixadas no respetivo Caderno de Encargos e Programa de Procedimento anexos à presente proposta, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos.

Termos em que, se propõe a aprovação do presente procedimento – de cessão, temporária, do direito de utilização do referido imóvel –, mediante a aprovação das respetivas peças do procedimento em anexo. O Júri é desde já fixado, de acordo com o previsto no Anexo I ao Programa de Procedimento.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou as seguintes observações:

- 1 – A alínea p) do artigo 9.º do Caderno de Encargos refere - O referido horário poderá ser readaptado por acordo entre as partes, nomeadamente para previsão de horário ininterrupto entre almoço e jantar. Contudo, em caso algum, o horário de fecho poderá ultrapassar as 24h00 e encerrar à sexta-feira, sábado e domingo – entende que poderá haver exceções ao limite do horário até às 24h00;
- 2 – O seguro no valor de 100.000,00 €, entende que é reduzido face às obras que serão executadas, pelo que aquele valor devia passar para o dobro;
- 3 – Nos documentos apresentados não está registado quem fica responsável pela conservação do imóvel;



4 – A alínea q) do referido artigo 9.º refere que - É expressamente proibido eventos com música ao vivo – e mais abaixo refere - Não realizar eventos de música ao vivo sem estar previamente autorizado pela CONTRAENTE PÚBLICA ou em horário diferente do autorizado – deviam agrupar numa única alínea esta situação;

5 – Alínea j) do artigo 9.º refere - Manter o Restaurante e Bar, devida e cuidadosamente, iluminado, em tons quentes, no interior e exterior dentro do horário de abertura ao público – mas não refere nada sobre a climatização e referiu que era importante prever esta situação;

6 – Em sua opinião, seria importante, criar um mecanismo de valorização em que os interessados possam pontuar mais, se atualmente não tiverem nenhum contrato em curso para exploração de outros espaços/imóveis do Município, argumentando que tal mecanismo só favorece o Concelho porque permite que explorações efetuadas por entidades distintas, origina mais competitividade no serviço prestado, menos dependência do Município em relação aos exploradores dos espaços e a possibilidade de proporcionar mais abrangência aos candidatos, numa lógica de "bom serviço ao público/ bom serviço ao Concelho".

Sobre as observações apresentadas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, e após troca entre todos os membros, foi decidido concordar com a correção dos pontos 2, 4 e 5.

Sobre o ponto 1 o Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que o horário poderá ser alterado desde que devidamente autorizado. Sobre o ponto 3 respondeu que será da responsabilidade do Município, na qualidade de proprietário do imóvel.

Sobre o ponto 6 a Senhora Presidente respondeu que seria uma condição discriminatória e não será possível introduzir.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar o presente procedimento para o concurso público para a atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com área de 395,50 m2 e 282,60 m2, respetivamente e respetivas áreas de Esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE LOTES SITOS AO EMPREENDIMENTO TECNOPARQUE, LAGOA – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA:

Foi presente a proposta sobre o Contrato de arrendamento de lotes sitos ao Empreendimento Tecnoparque, Lagoa – Mediação Imobiliária, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.



O Senhor Vice-Presidente explicou a proposta apresentada. Informou que a mesma surge na sequência de um assunto já abordado em anterior reunião Camarária e no ofício apresentado pelas Portas da Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda com o princípio da proposta apresentada, cujo assunto até foi inicialmente apresentado por si e perguntou o porquê de não se incluir, na possibilidade de venda dos lotes L8 ao L18, também os lotes L19 ao L22. Em sua opinião, dever-se-ia incluir todos os lotes daquele quarteirão, ou então apenas disponibilizar-se os lotes L1 a L7, uma vez que estes pertencem ao quarteirão poente onde brevemente iniciar-se-á a construção de alguns blocos habitacionais, concentrando-se desta forma as construções multifamiliares no quarteirão poente, libertando-se desta forma a parte nascente para outros possíveis investimentos alternativos.

Após troca de impressões entre todos os membros, o Senhor Vice-Presidente sugeriu incluir os lotes L5 ao L7, aos lotes inicialmente propostos L8 ao L18, não incluindo nesta fase, os lotes das laterais L1 ao L4 e os Lotes L19 ao L22.

A Senhora Presidente propôs à votação a proposta, incluindo os lotes urbanos L5 ao L18.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar e aprovar a proposta apresentada, referente ao Contrato de Arrendamento de lotes sitos ao Empreendimento Tecnoparque, Lagoa – Mediação Imobiliária, com a autorização da promoção da venda dos lotes urbanos L5 ao L18;

2.º Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 7 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 26 de setembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 927.177,05 € (novecentos e vinte e sete mil cento e setenta e sete euros e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:



PONTO N.º 8 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a proposta de alteração do Regulamento para o provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa - Açores, que abaixo se transcreve:

"Considerando que:

Foi presente em reunião Camarária de 13 de setembro de 2019, a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, bem como a proposta de alteração do Mapa de Pessoal para o ano Financeiro de 2019, com a criação de duas novas Unidades Orgânicas que serão dirigidas por um Dirigente Intermédio de 3.º grau, cujas propostas serão presentes, para aprovação, em próxima sessão da Assembleia Municipal;

De acordo com o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere apresentar à Assembleia Municipal, para deliberação, a proposta de alteração do Regulamento para o provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau do Município de Lagoa – Açores, concretamente no seu Preâmbulo e Artigo 4.º que passam a ter, respetivamente, a seguinte redação:

"Preâmbulo

As alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, trouxeram uma nova figura jurídico-organizacional, denominada de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior.

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que veio a proceder à adaptação, à Administração Local, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, reiterou a possibilidade das estruturas orgânicas municipais preverem a existência desses cargos, competindo à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a competência de aprovar o regulamento da nomeação e exercício desses cargos.

Assim, para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e dado que o modelo da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais do Município de Lagoa – Açores contempla a existência desta tipologia de cargos, nos termos legais, é necessário regulamentar sobre esta matéria.

Artigo 4.º



Área e requisitos de recrutamento do cargo de direção intermédia de 3.º grau

O titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau será recrutado, por procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam cumulativamente:

- a) Formação superior de licenciatura;
- b) Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo, exercício ou provimento seja, exigível a habilitação referida na alínea anterior;
- c) Quatro anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover;
- d) Formação adequada ao exercício de funções no cargo a prover.”

Foi aditado um novo artigo com a Norma revogatória, passando a redação do anterior artigo 7.º Entrada em vigor, para artigo 8.º.

“Artigo 7.º

Norma revogatória

A entrada em vigor do presente regulamento revoga o anterior.”

Mantendo-se o remanescente inalterado e em vigor nos seus precisos termos, que se anexa e aqui se dá por integralmente transcrito.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que irão abster-se nesta deliberação, face às justificações apresentadas na reunião anterior, relativamente à proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada de alteração do Regulamento para o provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa – Açores;

2.º Submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – NOMEAÇÃO DE JÚRI PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:

Foi presente a proposta para nomeação de júri para o provimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 3.º grau, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Foi presente em reunião Camarária de 13 de setembro de 2019, a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, bem como a proposta de alteração do Mapa

de Pessoal para o ano Financeiro de 2019, com a criação de duas novas Unidades Orgânicas que serão dirigidas por um Dirigente Intermédio de 3.º grau, cujas propostas serão presentes, para aprovação, em próxima sessão da Assembleia Municipal;

De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o júri de recrutamento é composto por um presidente e dois vogais e é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere apresentar à Assembleia Municipal, para deliberação, a designação do júri para o recrutamento dos cargos de Direção Intermédia de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura e da Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

1.º Vogal: Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e de Infraestruturas;

2.º Vogal: Duarte Jorge Arruda Oliveira, Dirigente Intermédio de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos.”

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que irão abster-se nesta deliberação, face às justificações apresentadas na reunião anterior, relativamente à proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais e a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, apresentar à Assembleia Municipal, para deliberação, a proposta de designação do júri para o recrutamento dos cargos de Direção Intermédia de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura e da Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

1.º Vogal: Andreia de Moraes Lobo Delfim, Chefe de Divisão de Gestão Urbana e de Infraestruturas;

2.º Vogal: Duarte Jorge Arruda Oliveira, Dirigente Intermédio de 3.º grau, da Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos.



PONTO N.º 10 – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR N.º 1/2019:

Foi presente o processo referente ao Procedimento Disciplinar n.º 1/2019, instaurado à trabalhadora Lucinda de Jesus Medeiros Sousa, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, acompanhado do respetivo Relatório Final.

O relatório final refere que "... deverá ser aplicada uma pena única de multa. Atento a todo o supra exposto, considero que à Arguida deverá ser aplicada, por cada infração, a sanção máxima legalmente permitida, concretamente 6 (seis) remunerações base diárias, o que perfaz um valor total de correspondente de 24 (vinte e quatro) remunerações base diárias."

Após troca de impressões entre todos os membros, a Senhora Presidente propôs, atendendo que a trabalhadora Lucinda de Jesus Medeiros Sousa, desde o ano do seu ingresso, 2000 - 2019, não tem qualquer registo disciplinar no seu processo individual, reduzir, para metade, o valor proposto para cada uma das sanções a aplicar, o que, por consequência, perfaz um valor total correspondente de 12 (doze) remunerações base diárias, em detrimento das 24 (vinte e quatro) propostas pelo Instrutor.

Face ao estatuído no n.º 3 do artigo 55.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a deliberação foi tomada por escrutínio secreto.

Na referida votação verificou-se 5 (cinco) votos a favor e 2 (dois) votos contra, pelo que, a Câmara deliberou, por maioria, a aplicação da sanção de 3 (três) remunerações base diárias por cada infração, o que perfaz um valor total de correspondente de 12 (doze) remunerações bases diárias, à trabalhadora Lucinda de Jesus Medeiros Sousa, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado foi manifestado a sua discordância com o Relatório Final apresentado, pelo que apresentou uma Declaração de Voto Vencido.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 11 – CADUCIDADE DO PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA A OBRA DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO FAMILIAR – PROCESSO N.º 8/2018:

Foi presente à Câmara Municipal o processo de obras n.º 08/2018, de Lúcia Paula Ferreira Franco Vieira, com residência na Rua da Vila Nova n.º 48, freguesia de Água de Pau, referente ao licenciamento para a obra de alteração e ampliação de habitação familiar, sito na Rua da Vila Nova n.º 48, freguesia de Água de Pau, acompanhado de informação dos Serviços administrativos que o processo caducou e após audiência do interessado, o requerente nada



apresentou, pelo que, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, deverá a Câmara Municipal declarar a caducidade do referido processo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do processo n.º 08/2018 – Licenciamento para a obra de alteração e ampliação de habitação familiar, sito na Rua da Vila Nova n.º 48, freguesia de Água de Pau, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e arquivar o mesmo.

PONTO N.º 12 – RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO REFERENTE AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2018, DE 03/09, (PROCESSO DE OBRAS N.º 30/2018) SITO À RUA DA QUINTÃ, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

Foi presente à Câmara Municipal o requerimento apresentado por João Duarte Vieira Araújo, solicitando a realização de vistoria às obras de infraestruturas relativas ao Alvará de Loteamento n.º 2/2018, de 03/09, (processo de obras n.º 30/2018) sito à Rua da Quintã, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com vista à receção provisória das obras de urbanização.

Considerando o auto de vistoria elaborado pelos Peritos da Comissão de Vistoria, no qual se verificou que as obras de urbanização, nomeadamente, as redes de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e rede de telecomunicações, se encontram concluídas e em condições de serem rececionadas pelo Município e entidades consultadas. Porém a pavimentação do passeio em betão com acabamento antiderrapante (área de cedência ao domínio publico), conforme projeto da infraestrutura viária, não foi executada, cabendo a sua realização à Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações, de acordo com o n.º 3 e n.º 4 do artigo 48.º E, do novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestres, na RAA (DLR n.º 18/2003/A, de 9/04, alterado pelo DLR n.º 39/2008/A, de 12/08).

O prazo de garantia das obras de urbanização é de cinco anos, devendo ser libertado 90% do montante total da caução, e os remanescentes 10% serão libertados com a receção definitiva das obras de urbanização.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Proceder à receção provisória das obras de urbanização do loteamento supra referido, bem como proceder ao cancelamento parcial (90%) da garantia bancária n.º 2018.7.2.04-Lagoa, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL, em 16 de agosto de 2018, ficando o remanescente (10%) cativo até à receção definitiva das obras de urbanização, que se verificará findo o prazo de garantia das referidas obras, conforme prevê o n.º 5 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;



2.º Dar conhecimento da presente deliberação à respetiva entidade bancária, para os devidos efeitos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 12:15 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO